

CIDDADE

QUARTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 1990

DF - Educação

Cartel na educação

A denúncia é do Procon e será apurada pela Secretaria de Direitos Econômicos

JORNAL DE BRASÍLIA

07 NOV 1990

Carlos Menandro 08.06.90

Vânia Rodrigues

O diretor executivo do Procon, Melchides do Espírito Santo, pediu ontem à Secretaria de Direitos Econômicos, do Ministério da Justiça, o enquadramento das escolas particulares do DF como empresas formadoras de cartel. Caso seja comprovada a denúncia do Procon, as escolas serão incluídas no cadastro negro de Defesa do Consumidor, sendo impedidas de participar de qualquer concorrência pública, e não poderão parcelar os impostos. Também sofrerão as penalidades previstas na Lei 4137/62, que incluem desapropriação da propriedade e multas que variam de Cr\$ 37 mil a Cr\$ 15 milhões.

Márcio Pugliedi, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão da Secretaria de Direitos Econômicos, antecipou que, até agora, as provas apresentadas pelo Procon são insuficientes para caracterizar as escolas como um cartel. Entretanto, as provas, segundo ele, indicam "forte indício de existência de cartel na educação". "Por isso, vamos convocar urgentemente os donos das escolas para prestar esclarecimentos", disse Pugliedi.

Lista

Junto com o ofício solicitando o enquadramento das escolas, Melchides entregou ao DPDC uma relação com os nomes de 38 escolas (veja quadro) que foram autuadas, pela Sunab porque reajustaram as suas mensalidades em 96%, parcelado em três vezes, desrespeitando as regras estabelecidas na Medida Provisória 244. Melchides entregou também, como subsídio, várias cartas destes colégios aos pais de alunos, onde são utilizados os mesmos argumentos para justificar o reajuste. "Está muito evidente que os donos de escola estão agindo de forma cartelizada, o que agora é proibido pela Medida Provisória 246", enfatiza o diretor do Procon.

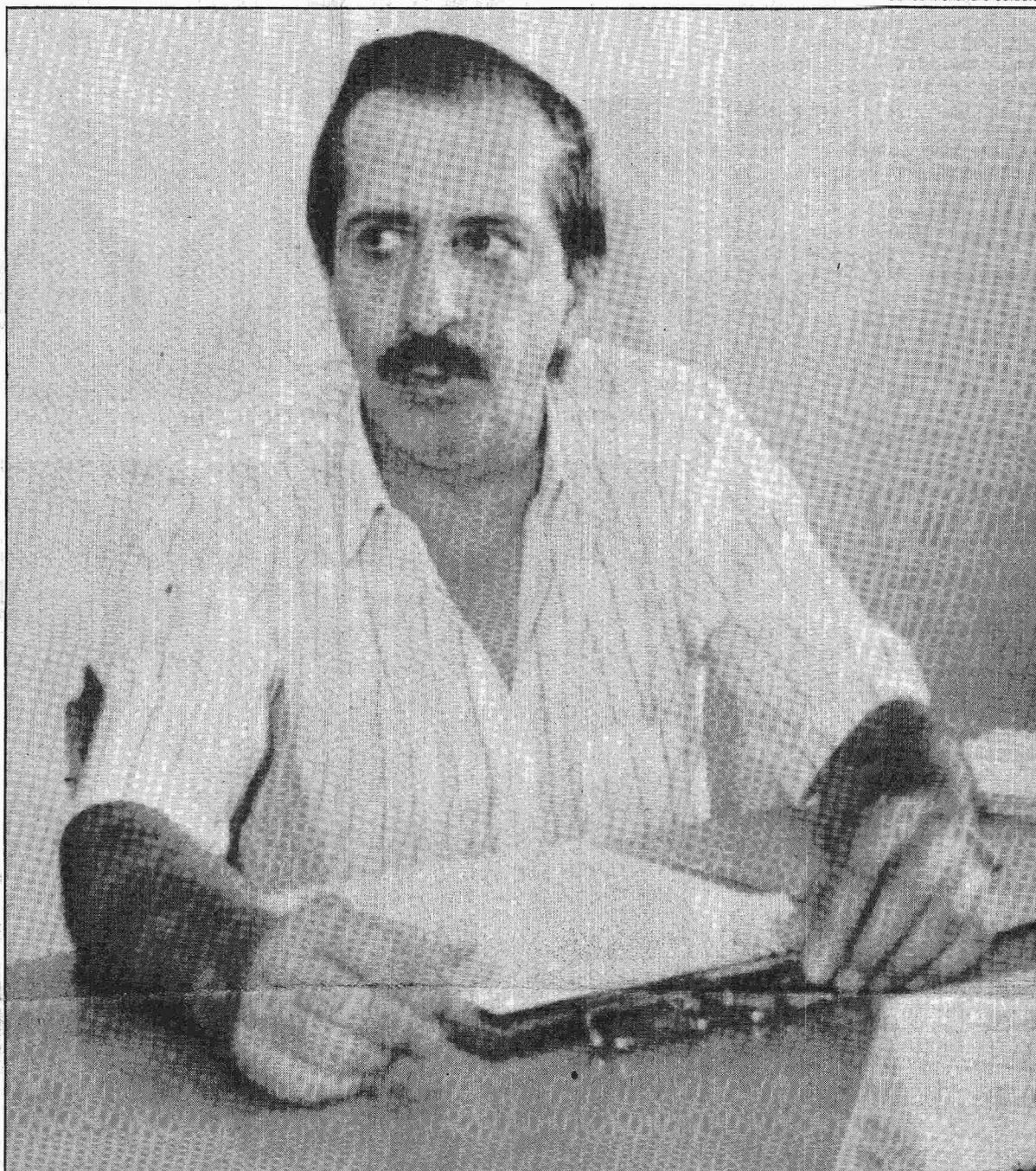
Cauteloso, Márcio Pugliedi argumentou que o procedimento

idêntico de reajustar as mensalidades não prova a cartelização do setor. "Para ter argumento suficiente e legal para enquadrar as escolas nós vamos verificar toda a documentação dos colégios solicitando inclusive as planilhas de formação dos custos iniciais para comprovarmos se realmente o setor age como tal", ressaltou o Pugliedi. Ele explicou que todas essas verificações serão feitas o mais rápido possível, e, se necessário for, os técnicos da Receita Federal serão chamados para ajudar na apuração. "Acredito que em dez dias isso tudo estará esclarecido, calcula.

Sinepe

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (Sinepe) negou que as escolas estão funcionando como cartel. "Não somos cartel e nem temos intenção de cartelizar as escolas. Embora o reajuste tenha sido feito de forma igual (mesmos índices e datas) os preços das escolas continuam diferentes e os serviços prestados também", defende o assessor de comunicação do Sinepe, Francisco Nóbrega. Para exemplificar a diferenciação de preço o assessor citou o preço de algumas escolas. O Alvorada, por exemplo, cobra Cr\$ 8.849,69 para as quatro primeiras séries do 1º grau, o Madre Carmem Salles Cr\$ 6.880,07, e o Maria Auxiliadora Cr\$ 5.055,27.

Nóbrega ressaltou ainda que quando os preços e reajustes eram fixados pelo governo a margem de lucro e os percentuais de majoração também eram únicos para todas as escolas. Pugliedi lembra, porém, que naquela época as regras eram outras. "Estamos vivendo agora a liberdade de mercado, por isso tem que haver preço diferenciado para existir a concorrência" disse o diretor do DPDC. Ele lembrou ainda que, se ficar comprovada a formação de cartel, as escolas sofrerão vários tipos de sanções, a começar pela inclusão no cadastro negro de Defesa do Consumidor.



Melchides diz que as escolas adotam procedimentos que caracterizam a formação de cartel

Sete colégios são multados

A Superintendência Regional da Sunab calculou ontem os valores de nove multas para sete colégios autuados por reajustarem as mensalidades em 96%, de setembro até agora, sem negociar com os pais, conforme determina a Medida Provisória nº 244. A Faculdade Dom Bosco vai pagar a maior multa, Cr\$ 1.666.165, por ter cometido cinco infrações. A escola Três Ursinhos cometeu uma infração e vai pagar Cr\$ 295.288. Já os colégios JK e Nossa Senhora do Carmo foram autuados duas vezes e por isso receberão duas multas. O primeiro vai pagar um total de Cr\$ 1.257.042 e o segundo Cr\$ 628.520.

Os outros colégios multados são o Compacto de Taguatinga (Cr\$ 885.864), Monteiro Lobato (Cr\$ 599.576) e Instituto São José (Cr\$ 999.696). Paulo Guimarães, delegado da Sunab, afirmou que as multas serão expedidas hoje pelo Correio e as escolas terão até dez dias para pagar a metade do valor delas e entrar na Justiça, ou então para quitar integralmente a multa, sem recursos. Até agora nenhuma das seis escolas autuadas entrou com recurso ou pagou a sua dívida com a Sunab.

Paulo Guimarães ressaltou que as escolas multadas ainda estão dentro do prazo estipulado, mas se elas não se manifestarem até o final do prazo, as multas serão cobradas judicialmente. Ele ressaltou ainda que como as escolas ainda estão burlando a legislação, mantendo os seus preços majorados sem qualquer acordo com os pais, o órgão vai manter a fiscalização. Até ontem, 55 escolas tinham sido autuadas e 57 notificadas. "Não vamos também nós intimidar porque os donos de colégios estão dizendo que não vão pagar as multas. Vamos cumprir todos os trâmites legais, e a Justiça decidirá no final".